



NÃO EXISTE FUTURO EM TERRA DEVASTADA

A urgência do apoio à luta dos povos indígenas



A presente crise experimentada pela ordem social capitalista não é meramente econômica. Trata-se de uma crise que afeta todos os pilares de sustentação desta particular forma de metabolismo social, e que encontra uma dimensão ecológica inescindível. No desesperado afã de expansão e requalificação do domínio mercantil, o capital atenta contra os próprios limites da vida – humana e não humana –, promovendo a destruição inaudita de espécies, territórios e modos de vida. As ondas de calor e o ciclo de eventos climáticos extremos que assolaram o país nos últimos meses são exemplos sintomáticos deste diagnóstico, que por certo não afeta de forma igual as diversas parcelas da humanidade. As lutas por justiça ambiental, importante face da luta de classe, racializam e generificam suas pautas e embates.

Estão os povos originários e tradicionais dentre os mais atingidos pelas ações ecocidas capitalistas. Não por outra razão estejam as vidas indígenas, quilombolas, ribeirinhas, dentre outras, na alça de tiro das mais diversas frações das classes proprietárias. Dos barões do petróleo aos grileiros do agronegócio, passando por mineradoras, bancos e o narcotráfico, a violência expropriatória e assassina, direta ou indiretamente, se empenham contra seus modos de vida, que resistem clamando

do pela perpetuação da vida no planeta.

Este InformANDES especial se dedica a tratar do imprescindível processo de lutas sociais travado no último período pelas populações indígenas brasileiras. A recente retomada do debate acerca da tese do marco temporal em sede legislativa reavivou a importância de reconhecermos suas formas de mobilização política e de resistência – a exemplo dos Acampamentos Terra Livre – como centrais no processo de enfrentamento ao projeto de capital para nossas existências. Não por outra razão tenham assumido, as lutas indígenas,

papel decisivo no enfrentamento ao neofascismo na mais recente quadra histórica. A importância da articulação e fomento por parte do movimento sindical – e em particular do ANDES-SN – a tais lutas se expressa nas sínteses de lutadores e lutadoras indígenas, ressaltando o lugar desta necessária aliança na qual nosso sindicato, de forma solidária e consciente, já vem se empenhando. Exemplo disso foi a aprovação, por nossa categoria, de significativo aporte emergencial ao povo Yanomami, vitimado de forma flagrante pelo genocídio praticado pelo governo de Jair Bolsonaro.

Estas alianças não podem cessar por aqui, reclamando serem fortalecidas e intensificadas.

É, desse modo, atendendo às deliberações do 66º Conad, em Campina Grande (PB) – que lidou residualmente com as matérias não vencidas pelo 41º Congresso do ANDES-SN, em Rio Branco (AC), inclusive as concernentes ao GTPAUA – que, com muita felicidade, entusiasmo e disposição política, lançamos a presente edição especial do InformANDES.

Que todas, todes e todos façam boa leitura e, usando das palavras de Ailton Krenak, se inspirem na tarefa de adiar o fim do mundo!



EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalista: Letícia Figueiredo DrT 4124

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

A luta sindical em parceria com o movimento indígena

Pela defesa das cotas, da educação escolar e contra o Marco Temporal



O ANDES-SN participa dos Acampamentos Terra Livre (ATLs) desde que surgiram, em 2004, como apoiador do movimento indígena. Todos os anos, a diretoria do Sindicato Nacional e representantes das seções sindicais estão presentes na maior assembleia das organizações indígenas para dialogar e colaborar com a luta dos povos originários. Em abril deste ano, o ANDES-SN participou de algumas atividades como a plenária sobre Educação Escolar Indígena e as marchas em defesa dos direitos dos povos indígenas e contra o Marco Temporal.

De acordo com Raquel Brito de Sousa, que foi 1ª vice-presidenta da Regional Pantanal na gestão 2020/2023 do ANDES-SN, o 66º Conad reforçou, neste ano, o apoio aos ATLs. “Várias resoluções do Congresso são pela implementação da lei sobre a educação com relação às questões étnico-raciais nas escolas, à escola indígena, à escola quilombola, mas também ao acesso e à permanência dos povos indígenas nas universidades públicas. A demarcação das terras, a luta pela saúde, pelos direitos de todos os povos indígenas também constam nas resoluções do Conad. O ANDES-SN se coloca como sindicato classista que luta pelos direitos sociais. Portanto, defende a luta das mulheres, das pessoas LGBTQIAP+, das pessoas negras, das pessoas com deficiência e também dos povos indígenas, dentre outros”, informa.

Um dos desafios atuais, segundo

Raquel, é a luta para que estudantes indígenas acessem e também permaneçam na universidade, de uma forma que não seja desrespeitosa com as suas culturas e que fortaleça a sua autodeterminação como povo, a sua cultura e a sua língua. “Não é pensar só na entrada, é pensar na permanência. Estudantes indígenas precisam ter residência, de forma que se sintam acolhidos, que sintam a sua cultura respeitada nos diversos espaços da universidade”, pondera.

Na avaliação de Adma Oliveira, que foi 2ª vice-presidenta da Regional Pantanal na última diretoria do ANDES-SN, o movimento indígena é constituído por uma resistência da coletividade e a luta sindical também tem que se alimentar dessa coletividade. “Os povos originários, o movimento indígena, têm essa unificação de objetivos, têm a resiliência. Eles lutam contra a relação do racismo ambiental e contra todos os ataques aos seus direitos. Talvez essa seja a grande intersecção entre o movimento indígena e a luta sindical. E as relações são sempre de construção. Por isso que a luta não pode ser de uma categoria, deve ser uma luta focada em todos os nichos de injustiça social, uma inquietação por justiça, por igualdade, por direito ao bem viver”, pontua.

Para Adma, o Sindicato Nacional tem um grande nicho de unir tudo aquilo que leva a educação. “A gente fala em uma educação indígena, em uma educação intercultural, que não se trata dos movimentos indígenas

se apoderarem só do nosso conhecimento moderno. É, muitas vezes, a forma como ouvimos os nossos parentes originários. Hoje temos discussões como a questão do meio ambiente, que é a manutenção do planeta e, de certa forma, nós somos afetados por tudo isso. Os povos originários sempre fizeram essa luta a favor do planeta porque sabiam que a existência humana consistia nesse olhar de respeito aos seres vivos”, reforça.

Lei de Cotas revisada

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no dia 13 de novembro, a Lei 14.723 de 2023, que reformulou e ampliou o sistema de cotas no ensino federal. Após dez anos de existência, a Lei de Cotas foi revisada pelo Congresso Nacional, com algumas alterações.

A lei garante a política de reserva de vagas nas universidades e institutos federais para pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, estudantes de escolas públicas e, agora, incluiu os quilombolas. “Tivemos dez anos da Lei de Cotas e uma grande luta para manter e ampliar as reservas, pois ela mudou, de fato, a realidade dos ingressos nas universidades públicas brasileiras. Precisamos entender que a lei não abarca só a população negra, nem os povos indígenas, ela inclui também estudantes de escolas públicas, portanto, tem um perfil de vários estudantes que vão estar ali”, destaca Raquel Sousa.

Já Adma enfatiza que nada está dado pelas mãos de governantes, e só a luta garante direitos. “Os movimentos sociais impulsionam as grandes conquistas, as grandes construções das políticas públicas. Então, não podemos fazer a luta sindical separada das lutas ancestrais, das lutas a favor do planeta. A universidade, a luta classista, sindical, os direitos humanos só se materializam a partir do momento em que eu compreendo a luta do outro. A luta do outro é tão importante quanto a minha e se o outro conquista seus direitos, provavelmente eu vá conquistar os meus também, porque a luta é coletiva”, complementa.

É urgente a salvaguarda das terras indígenas para proteção ambiental do planeta



A luta pelo cumprimento dos direitos fundamentais indígenas está diretamente relacionada à agenda ambiental do país e do mundo, à preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, devido à sua conexão com a fauna e a flora. Os povos indígenas desempenham um papel essencial na preservação ambiental e no combate à degradação dos ecossistemas brasileiros. Inúmeras comunidades tradicionais vivem em biomas profundamente impactados pela ação do capital, como a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado e, por séculos, protegem esses ambientes de forma sustentável.

Conforme dados da Organização das Nações Unidas (ONU), 5% da população mundial é indígena, uma minoria que preserva mais de 80% da biodiversidade. De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), 29% das áreas ao redor das terras indígenas estão desmatadas, sendo que dentro de seus territórios o desmatamento é de apenas 2%, o que reforça a importância da proteção dessas terras no combate às mudanças climáticas e ao aquecimento global.

A Apib foi criada em 2005, por deliberação do Acampamento Terra Livre (ATL), e tem como missão tornar visível a situação dos povos indígenas e exigir que o Estado atenda seus direitos e suas reivindicações. Os ATLs surgiram em 2004 e se tornaram um marco histórico para o movimento indígena, consolidando suas estruturas para a contínua

mobilização no Brasil, desde então. Trata-se da maior ação dos povos e organizações indígenas do país e, geralmente, ocorre em Brasília (DF), no mês de abril.

Nesses 19 anos, a luta permanente possibilitou conquistas significativas como a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI); da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai); da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI); e da participação de representantes dos povos indígenas em instâncias ou colegiados que tratem de seus interesses. Conquistas estas que foram restringidas ou suprimidas, em sua maioria, durante o governo de Jair Bolsonaro (2018/2022).

No encerramento de cada ATL é lançado um documento final, resultado das discussões em plenárias. As Cartas ATLs apresentam análises críticas sobre a situação da política indigenista nos governos; dos órgãos, instituições e políticas públicas, responsáveis pela implementação da política indigenista; e reforçam as demandas históricas. Segundo a Apib, essas exigências focam, principalmente, no direito originário às terras que tradicionalmente ocupam, no direito a políticas específicas, no direito à autodeterminação e exercício de autonomia, assegurados pela Constituição Federal de 1988, e pelo fim do indigenismo tutelar, autoritário e integracionista.

Há anos, indígenas têm denunciado a destruição e invasão de suas terras, a vio-

lência e extermínio de seus povos, além do desmonte do Estado, em especial, das instituições, políticas e programas, que conquistaram nos últimos 30 anos. Os últimos dois ATLs, de 2022 e 2023, repudiaram a política anti-indigenista e de ataques do governo Bolsonaro, que apoiou a atuação, em terras indígenas, de organizações criminosas, entre elas, de garimpeiros, madeireiras, pecuaristas, milicianos e grileiros.

A Carta de 2022 também destaca a implementação de um pacote de destruição e morte, com a implantação de empreendimentos devastadores como a mineração, hidrelétricas, portos, estradas, linhas de transmissão e monoculturas, com o uso ostensivo de veneno. “Como nos tempos da invasão colonial, enfrentamos um declarado plano de morte, etnocídio, ecocídio e genocídio, nunca visto nos últimos 34 anos de democracia no nosso país”, protestam no documento.

A tragédia em terras Yanomami, com a morte de 570 crianças indígenas em decorrência de doenças provocadas pelo garimpo ilegal na região e pela omissão do governo Bolsonaro nos últimos quatro anos, é apenas um exemplo do genocídio, que chocou o país e o mundo. O ex-presidente e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos ignoraram 21 pedidos de socorro da população Yanomami.

O relatório “Yanomami Sob Ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo”, produzido por Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye’kwana, lançado em abril de 2022, afirma que, em 2021, a destruição provocada pelo garimpo cresceu 46% em relação a 2020. “Houve um incremento anual de 1.038 hectares, atingindo um total acumulado de 3.272 hectares. Esse é o maior crescimento observado desde que iniciamos o nosso monitoramento em 2018, e, possivelmente, a maior taxa anual desde a demarcação da TIY [Terra Indígena Yanomami] em 1992”, aponta o documento.

Ao final do ATL de 2022 foram divulgadas diversas propostas e reivindicações do movimento, como ponto de



partida para uma Plataforma Indígena de Reconstrução do Brasil. O documento contém cinco eixos de exigências: direitos territoriais indígenas – demarcação e proteção aos territórios; retomada dos espaços de participação e controle social indígenas; reconstrução de políticas e instituições indigenistas; interrupção da agenda anti-indígena no Congresso Nacional; e agenda ambiental.

Algumas das demandas foram atendidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no último dia do Acampamento de 2023, o que foi considerado uma conquista pelo movimento indígena. Entre as reivindicações atendidas estão a homologação de seis terras indígenas: TI Arara do Rio Amônia (AC), TI Tremembé da Barra do Mundaú (CE); TI Rio dos Índios (RS); TI Avá-Canoeiro (GO); TI Kariri-Xocó (AL) e TI Uneixi (AM); a recriação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI); a instituição do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI); e o pacote de medidas de fortalecimento

institucional da Funai. Nos primeiros meses deste ano, o governo Lula também criou o Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

No ATL de 2023, realizado entre 24 a 28 de abril, com o tema “O futuro indígena é hoje: Sem demarcação não há democracia”, cerca de 6 mil indígenas destacaram a necessidade de avançar na demarcação de seus territórios e decretaram “Emergência Climática”, reforçando o compromisso na defesa dos biomas de norte a sul do país. “Nossas Terras estão na Mata Atlântica, no Cerrado, na Amazônia, nos Pampas, na Caatinga e no Pantanal. Cada área demarcada é fôlego a mais para o Planeta, e cada destruição, um suspiro para o futuro”, diz no documento final.

“A nossa história não começou em 1988, as nossas lutas são seculares e nosso direito é originário. Mesmo diante das sucessivas invasões e violências coloniais, militares, liberais e conservadoras continuaremos resistindo, reivindicando nossos direitos, territórios e respeito pelo nosso modo de ver, ser, pensar, sentir

e agir no mundo. Lutaremos até o fim para manter o nosso direito originário às terras que tradicionalmente ocupamos e protegemos”, afirma a Carta do ATL 2023.

Luta contínua

O movimento indígena segue em mobilização permanente contra a tese do Marco Temporal, apoiada pelo agronegócio. Apesar do Supremo Tribunal Federal (STF), em 27 de setembro, ter rejeitado a tese do Marco Temporal para demarcação de terras indígenas, no mesmo dia, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei (PL) 2.903/23. Apelidado de “Projeto de Lei do Genocídio Indígena”, o PL busca legalizar crimes contra os povos indígenas em favor de interesses políticos e econômicos apoiados pela bancada ruralista no Senado.

Para a Apib, é impossível combater as mudanças climáticas sem demarcar terras indígenas. “O PL 2903 representa uma ameaça ao clima global, à biodiversidade e à vida dos povos indígenas no Brasil”, destaca a instituição.

Carta ATL 2022



Carta ATL 2023



Visão exploratória da sociedade produz, cada vez mais, **um mundo insustentável**



Tatiane Klein / InfoAmazônia

O professor do Departamento de Línguas e Memórias Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas (DELING/MPI), Eliel Benites, em entrevista ao InformANDES, afirma que a violência aos povos indígenas se perpetua historicamente. Segundo Benites, o extremismo vivido ultimamente no Brasil evidenciou a perpetuação dessa violência, por meio da violação dos territórios, do desmatamento, da invasão, da exploração ilegal de minerais, entre outros aspectos. Para o professor do MPI, o respeito aos valores indígenas seria um dos componentes essenciais para um planeta mais sustentável.

Benites é mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco, graduado em licenciatura indígena, Teko Arandu, e doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e docente na Faculdade Intercultural Indígena FAIND/UFGD. Tem experiência na formação de professores indígenas Guarani e Kaiowá, com ênfase em Ensino de Ciências da Natureza.

Confira a entrevista.

InformANDES- Em artigo de sua autoria, o professor diz que “quando um território é violado, a memória dos povos indígenas também é violada”.

Gostaria que o senhor falasse um pouco a respeito.

Eliel Benites - A memória dos povos indígenas, as suas realidades temporais cosmológicas são baseadas nas relações que obtêm em um determinado tempo e espaço, que é o território. O sentido do lugar se cria a partir das relações que têm com os seres do território: como a floresta, os rios, a terra, além das relações sociais entre os humanos e a espiritualidade. O território é a mediação entre as divindades, nas quais se constituem a crença, os rituais, as línguas. Quando ocorre a violação dos territórios, como o desmatamento, a invasão, a exploração

ilegal de minerais, isso também usurpa a memória constituída historicamente. Então, quando você destrói, derruba uma árvore, polui um rio, você está destruindo o corpo das divindades. A violência é tão profunda que é muito difícil expressar esse processo todo.

InformANDES- Os povos indígenas foram atacados e invisibilizados historicamente. Na sua opinião, esses ataques foram intensificados nos últimos anos, em especial, no governo de Jair Bolsonaro?

EB - A violência ocorreu historicamente, desde os tempos coloniais, e esse processo da relação não-indígena com os povos indígenas é baseado no atropelo, na usurpação e em todo sentido de violência, que ignorou a existência dos povos indígenas no Brasil, tanto na época da chegada dos europeus quanto no tempo em que foram se constituindo como Estado nacional. As definições de fronteira, os estados, ignoraram totalmente os povos indígenas. Então houve massacre, genocídio físico e simbólico também, como línguas, por exemplo, que foram completamente extintas. A violência se perpetua historicamente. A gente tinha muita expectativa, como povo indígena, quando se constituiu a Constituição Federal de 1988, onde toda essa diversidade, ignorada historicamente, poderia ser considerada no processo de convivência harmoniosa e que todos e todas podiam ter direitos à sua língua,



culturas e territórios. Nesse sentido, a sociedade seria mais plural e mais rica em termos culturais e de harmonia. Porém, o extremismo ultimamente no Brasil, a política, a própria sociedade que é representada pelo governo de Bolsonaro, evidencia, coloca às claras, o processo de continuidade da perpetuação dessa violência, mesmo com legislações que protejam os povos indígenas. Os ataques às instituições, ao direito às diversidades, à língua, à cultura, aos direitos dos povos indígenas, quando o ex-presidente ignora ou utiliza o poder do Estado para fazer tudo ao contrário em relação aos direitos dos povos indígenas, ele viola e intensifica, de certa maneira, essa violência histórica e dá uma normalidade ao processo. O próprio Marco Temporal é uma pauta que deixa bem claro que as grandes instituições no Brasil têm a tradição de ignorar todo o processo da diversidade.

InformANDES- Como recuperar a importância e os valores dos povos originários numa sociedade anti-indígena?

EB - Temos expectativa de que possamos conduzir a política indigenista nacional, a partir do Ministério dos Povos Indígenas, evidenciar e colocar a nível nacional os valores dos povos indígenas, mesmo que haja um contexto anti-indígena. A partir do processo de retomada dos valores, vai se produzir novas formas de existência, de cultura, língua, memória, cada vez mais dando uma densidade aos valores humanos. Mas essa retomada não deve ser apenas no âmbito indígena, ela deve também tratar do modo de existência dos povos não-indígenas. Ou seja, os saberes tradicionais dos povos devem ser o componente para a condução da sociedade como um todo. Então, por exemplo, hoje as crises globais, aquecimento global, crises hídricas, energéticas, todas essas situações de crise que nós estamos vivendo são resultados de uma sociedade baseada na exploração intensa dos

recursos naturais, sem considerar os valores da natureza como parte da nossa realidade, como sujeito. Essa visão exploratória da sociedade como um todo, das empresas, da economia, produz, tendenciosamente, cada vez mais, um mundo insustentável. O valor indígena seria, portanto, um dos componentes para que o planeta seja sustentável e que os valores humanos possam cada vez mais ser ampliados, para que possamos viver na diversidade e com respeito.

InformANDES- Como professor, fale sobre a importância da educação indígena.

EB - A educação indígena é um conjunto de valores, de saberes de um determinado povo. No caso, o meu povo Guarani Kaiowá, os indígenas, as crianças, são preparadas a partir de um conjunto de valores baseado nos saberes dos ancestrais. O saber dos ancestrais é repassado

de geração a gerações, não só o conhecimento epistêmico, mas a forma de vida, a existência, todo o sentido de um ser, e ele é

repassado por meio dos rituais, do território, da convivência, da língua e vai produzindo naturalmente um contexto educacional, tradicional dos povos. Essa forma de educação própria de cada povo permite a continuidade da existência de diversas gerações, da língua, cosmovisões, conhecimentos, tecnologias, a forma de produção, a forma de relação com a floresta, a terra, as construções, todo um conjunto de saberes técnicos, cosmológicos que dão sentido a um povo. É baseado na coletividade, no respeito à natureza, no respeito aos mais velhos, os ancestrais, respeito a todo tipo de diversidade de pessoas existentes na comunidade. Essa é uma educação tradicional. A educação tradicional é, portanto, baseada nos seus rituais, que são um conjunto de práticas religiosas de um povo específico e dão um norte para a própria existência. Essa educação é fundamental. Há uma outra forma de educação, a educação escolar, que muitas vezes não respeita esse currículo, esses valores colocados no processo da educação, e vai suprimindo lentamente esses valores tradicionais, focando no âmbito técnico da educação. A educação para nós é uma educação baseada na formação da pessoa humana e não na formação da pessoa meramente para a produção capitalista. Então, a educação tradicional é uma educação que vai produzir o sujeito na sua totalidade. E a educação não-tradicional, a educação escolar, enfoca bastante a educação tecnicista. Hoje, há um debate muito grande no movimento indígena em relação à educação, porque a luta das professoras e dos professores indígenas é exatamente esta, em que medida a própria educação indígena possa contribuir, também, juntando as duas formas de educação, a escolar e a indígena, na sua totalidade para a convivência atual hoje na sociedade ocidental, e não meramente a educação escolar como característica colonizadora dos povos indígenas.



Mudanças climáticas são consequência da superexploração e da devastação



Álvaro Rezende / Repórter Brasil

A crise climática é uma realidade e eventos extremos estão ocorrendo em todo o mundo. Seus impactos foram sentidos com mais intensidade neste ano, com o aumento das temperaturas em algumas regiões, batendo recordes de calor, de frio, de estiagem e de chuvas, afetando milhares de pessoas.

Além do fenômeno El Niño, as alterações ambientais são causadas pela ação desenfreada do homem, por meio do desmatamento e aumento de queimadas criminosas. A seca severa deste ano na Amazônia, a maior floresta tropical do planeta, acendeu um alerta.

Os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul decretaram situação de emergência recentemente, devido ao crescimento dos focos de incêndio na região do Pantanal. As queimadas no Pantanal bateram recorde histórico para o mês de novembro, apenas nos primeiros 17 dias do mês foram registrados 3.098 focos de incêndio. Conforme dados do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o maior

número havia ocorrido, até então, em 2002, quando foram registrados 2.328 em todo o mês. Entre as causas estão a intensa onda de calor.

Segundo o ativista indígena e de direitos humanos, Anísio Guilherme da Fonseca, da etnia Guató - terra dos "canoeiros do Pantanal" (Guadakan) -, as queimadas criminosas no Pantanal chegaram a consumir o seu território desde o início da primavera deste ano e brigadistas da Terra Indígena (TI) Kadiwéu ajudaram no combate ao fogo. "As crises climáticas estão bem presentes atualmente, estão eclodindo e já levaram a mudanças que estão insuportáveis. Diversas catástrofes não podemos mais atribuir à mãe natureza, à mãe terra, porque não é natural. Elas foram provocadas pela ganância do homem que não considerou a vida dos outros seres", critica Anísio Guató, como é conhecido.

Para o ativista, há uma indissociabilidade da importância do direito de viver, de ser, sentir, estar, permanecer e resistir dos povos originários com a mãe Terra. "Somos povos filhos da Terra. A

importância dos povos indígenas na preservação ambiental é a preservação da própria vida, ou seja, se a mãe terra não for respeitada, nenhuma outra forma de vida conseguirá resistir. Hoje, usam uma palavra sofisticada, mas que nada tem resolvido, que é a mitigação dos impactos", analisa.

Na opinião de Guató, que é graduado em geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com pós-graduação em educação popular, a mitigação perante as crises ambientais e as mudanças climáticas é um prenúncio de que é urgente se relacionar de outra forma com a natureza. "Hoje corre-se o risco de escassez, com as mudanças climáticas e crises ambientais cada vez mais acentuadas, com risco de morte dos rios, inclusive. Se as pessoas não mudarem a forma de se relacionar com a mãe terra, ou seja, com o ambiente, com a água, com o ar, com as montanhas, com todas as espécies de vida, a biodiversidade ecológica, étnica e cultural, estamos fadados ao que muitos acreditam ser o fim da vida. Cuidando da mãe terra podemos adiar o fim do mundo", alerta.

Marco Temporal

Guató também reprova totalmente a tese do Marco Temporal, que estabelece a data da promulgação da Constituição Federal, 5 de outubro de 1988, como marco para definir a ocupação tradicional da terra pelas comunidades indígenas. "Se o Marco Temporal levasse em conta a questão ética com a vida, de forma séria, o marco seria 22 de abril de 1.500. Quer dizer que as terras indígenas, a preservação da natureza, do meio ambiente seria empecilho ou impedimento para o desenvolvimento socioeconômico do país, como defende a bancada ruralista? Eles não consideram as mudanças climáticas e a devastação que surgem das queimadas criminosas, das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), do avanço da exploração mineral, do agronegócio e do garimpo ilegal. É um debate que não leva em conta os conceitos e os princípios de que a vida deveria estar acima do lucro", avalia.